

LIBERALISMO E AÇÃO SOCIAL



John Dewey

Liberalismo renascente

Excertos de **Liberalismo e Ação Social (1935)**. Cf. Hickman, Larry A. & Alexander, Thomas. *The Essential Dewey, vol. 1: Pragmatism, Education, Democracy*. Bloomington: Indiana University Press, 1998: pp. 323-336. A menção, contida no livro acima, à obra de Dewey [LW 11: 41-65] se refere ao volume e às páginas das Later Works: 1925-1953 in Boydston, Jo Ann (ed.). *The Collected Works of John Dewey, 1882-1953*. Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1969-1991.

Liberalismo Renascente (1935)

Nada é mais cego do que a suposição de que vivemos em uma sociedade e em um mundo tão estáticos que nada novo acontecerá ou então acontecerá por causa do uso da violência. A mudança social está aqui como um fato, um fato com formas variadas e marcado pela intensidade. As mudanças que são revolucionárias na essência estão em processo em cada fase da vida.

Transformações na família, na igreja, na escola, na ciência e na arte, nas relações econômicas e políticas estão ocorrendo tão rapidamente que a imaginação fica perplexa na tentativa de acompanhá-las. O fluxo não precisa ser criado. Mas ele precisa ser dirigido. Ele precisa ser controlado de modo que se movimentará para algum fim de acordo com os princípios da vida, já que a própria vida é desenvolvimento. O liberalismo é comprometido com um fim que é simultaneamente duradouro e flexível: a liberação dos indivíduos para que a realização das suas capacidades possa ser a lei da sua vida. Ele é comprometido com o uso da inteligência livre como o método de conduzir a mudança. Em todo o caso, a civilização enfrenta o problema de unir as mudanças que estão acontecendo em um modelo coerente de organização social. O espírito liberal é marcado por sua própria imagem do modelo que é necessário: uma organização social que tornará possível liberdade e oportunidade efetivas para crescimento pessoal na mente e no espírito de todos os indivíduos. Sua atual necessidade é o reconhecimento de que a segurança material estabelecida seja um pré-requisito dos fins que ele valoriza, para que, com a base da vida estando segura, os indivíduos possam compartilhar ativamente da riqueza dos recursos culturais que agora existem e possam contribuir, cada um da sua forma, para seu maior enriquecimento.

O fato da mudança tem sido tão contínuo e tão intenso que ele afeta profundamente as nossas mentes. Ficamos atordoados com o espetáculo da sua rapidez, escopo e intensidade. Não é surpreendente que os homens tenham se protegido do impacto dessa mudança tão vasta recorrendo ao que a psicanálise nos ensinou a chamar de racionalizações, em outras palavras, fantasias protetoras. A idéia vitoriana de que a mudança é parte de uma evolução que necessariamente leva através de estágios sucessivos a algum evento distante divino predeterminado é uma racionalização. A concepção de uma transformação súbita, completa, quase catastrófica a ser causada pela vitória do proletariado sobre a classe agora dominante é uma racionalização semelhante. Mas os homens lidaram com o impacto da mudança no campo da realidade, na maior parte, por uma mudança gradual de atitude e por improvisações

temporárias normalmente incoerentes. O liberalismo, como qualquer outra teoria da vida, sofreu com o estado de incerteza confusa que é a sina de um mundo sofrendo com a rápida e variada mudança para a qual não há preparação intelectual e moral.

Devido a essa falta de preparação mental e moral, o impacto das mudanças com movimento rápido produziu, como eu acabei de dizer, confusão, incerteza e uma mudança gradual de atitude. A mudança nos padrões de crença, desejo e propósito ficou atrás da modificação das condições externas sob as quais os homens se associam. Os hábitos industriais mudaram muito rapidamente; seguiu-se a uma distância considerável uma mudança nas relações políticas; alterações nas relações e métodos jurídicos ficaram ainda mais para trás, enquanto mudanças nas instituições que lidam mais diretamente com os padrões de pensamento e crença ocorreram em menor grau. Esse fato define a principal, embora de forma alguma a definitiva, responsabilidade de um liberalismo que pretende ser uma força vital. O seu trabalho é em primeiro lugar educação, no sentido mais amplo desse termo. A instrução é uma parte do trabalho da educação, mas educação em seu sentido pleno inclui todas as influências que formam as atitudes e disposições (do desejo assim como da crença), que constituem os hábitos dominantes da mente e caráter.

Deixe-me mencionar três mudanças que aconteceram em uma das instituições na qual mudanças imensas ocorreram, mas que ainda são relativamente externas - externas no sentido de que o padrão de propósito e emoção inteligentes não foi modificado de forma correspondente. A civilização existiu durante a maior parte da história humana em um estado de escassez na base material para uma vida humana. Nossas formas de pensar, planejar e trabalhar têm sido ajustadas a esse fato. Graças à ciência e à tecnologia agora vivemos em uma era de potencial abundância. O efeito imediato da emergência da nova possibilidade foi simplesmente estimular, a um ponto de exagero incrível, o esforço pelos recursos materiais, chamados de riqueza, abertos aos homens no novo panorama. É uma característica de todo o desenvolvimento, fisiológico e mental, que quando uma nova força e fator aparecem, ele é primeiramente

empurrado para um extremo. Somente quando suas possibilidades foram esgotadas (pelo menos relativamente) ele toma o seu lugar na perspectiva da vida. A fase econômico-material da vida, que pertence aos gânglios basais da sociedade, usurpou por mais de um século o córtex do corpo social. Os hábitos de desejo e esforço que foram gerados na era da escassez não se subordinam prontamente e tomam o lugar da rotina natural que se torna apropriada a eles quando as máquinas e o poder impessoal têm a capacidade de liberar o homem da escravidão aos esforços que uma vez eram necessários para tornar segura a sua base física. Mesmo agora quando há uma visão de uma era de abundância e quando a visão é corroborada por fato inegável, é a segurança material como um fim que atrai a maioria em vez do modo de vida que essa segurança torna possível. As mentes dos homens ainda estão pateticamente mantidas no domínio de velhos hábitos e assombradas por velhas memórias.

Pois, em segundo lugar, a insegurança é a filha natural e também a filha adotiva da escassez. O liberalismo primitivo enfatizava a importância da insegurança como um impulso econômico fundamentalmente necessário, afirmando que sem esse estímulo os homens não trabalhariam, abster-se-iam ou acumulariam. A formulação dessa concepção era nova. Mas o fato que foi formulado não era nada novo. Ele estava profundamente arraigado nos hábitos que foram formados na longa luta contra a escassez material. O sistema que leva o nome de capitalismo é uma manifestação sistemática de desejos e propósitos construídos em uma era de escassez sempre ameaçadora e agora transferida para uma época de potencial abundância sempre crescente. As condições que geram insegurança para muitos não mais provêm da natureza. Elas são encontradas nas instituições e arranjos que estão dentro do controle humano deliberado. Certamente essa mudança marca uma das maiores revoluções que ocorreram em toda a história humana. Por causa dela, a insegurança não é agora o impulso para o trabalho e sacrifício, mas para o desespero. Não é uma instigação para aplicar energia, mas para uma impotência que possa ser convertida da morte à resistência apenas através da caridade. Mas os hábitos da mente e a ação que modificam as instituições para converter a potencial

abundância em realidade ainda são tão incipientes que a maioria de nós discute rótulos como individualismo, socialismo e comunismo em vez de perceber a possibilidade, sem falar na necessidade de perceber o que pode e dever ser.

Em terceiro lugar, os padrões de crença e propósito que ainda dominam as instituições econômicas foram formados quando os indivíduos produziam com suas mãos, sozinhos ou em pequenos grupos. A noção que a sociedade em geral é servida pela coincidência não-planejada das conseqüências de um vasto número de esforços exercidos por indivíduos isolados sem referência a nenhum fim social também era algo novo como uma formulação. Mas ela também formulou o princípio de uma época que o advento de novas forças de produção traria a um fim. Não é preciso nenhum grande poder de inteligência para ver que nas condições atuais o indivíduo isolado está quase desamparado. Concentração e organização corporativa são a regra. Mas a concentração e organização corporativa ainda são controladas na sua operação por idéias que foram institucionalizadas em eras de esforço individual separado. As tentativas de cooperação para benefício mútuo que são propostas são preciosas como ações experimentais. Mas que a própria sociedade devesse providenciar para que uma ordem industrial cooperativa seja instituída, uma ordem que seja consistente com as realidades de produção impostas por uma era de máquinas e poder, é uma idéia tão nova para a mente geral que sua mera sugestão é saudada com epítetos ofensivos – às vezes até com encarceramento.

Quando, então, eu digo que o primeiro objetivo de um liberalismo renascente é a educação, eu quero dizer que sua tarefa é ajudar a produzir os hábitos de mente e caráter, os padrões intelectuais e morais que estão em algum lugar próximo mesmo com os movimentos reais dos eventos. É, eu repito, a divisão entre os últimos como eles ocorreram externamente e as formas de desejar, pensar e de pôr a emoção e o propósito em execução que é a causa básica da atual confusão na mente e da paralisia de ação. A tarefa educacional não pode ser realizada meramente trabalhando nas mentes dos homens, sem ação que efetue uma mudança real nas instituições. A idéia de que disposições e atitudes podem ser alteradas por meios meramente “morais” concebida como algo que

ocorre inteiramente dentro das pessoas é ela mesma um dos velhos padrões que precisa ser mudado. Pensamento, desejo e propósito existem em uma troca constante de interação com as condições circundantes. Mas o pensamento resoluto é o primeiro passo nessa mudança de ação que irá promover a mudança necessária nos padrões de mente e caráter.

Em suma, o liberalismo deve agora se tornar radical, significando por “radical” a percepção da necessidade de mudanças completas na organização das instituições e na atividade correspondente para fazer as mudanças acontecerem. Pois o abismo entre o que a situação real torna possível e o próprio estado real é tão grande que ele não pode ser transposto por políticas gradativas empreendidas *ad hoc*. O processo de produzir as mudanças será, em todo o caso, gradual. Mas as “reformas” que lidam ora com esse abuso e ora com aquele sem ter um objetivo social baseado em um plano inclusivo diferem inteiramente do esforço em reformar, em seu sentido literal, o plano institucional das coisas. Os liberais de mais de um século atrás foram criticados na sua época como radicais subversivos, e somente quando a nova ordem econômica foi estabelecida eles se tornaram apologistas do *status quo* ou então contentes com a miscelânea social. Se radicalismo for definido como percepção da necessidade de mudança radical, então hoje qualquer liberalismo que não seja também radicalismo é irrelevante e está condenado.

Mas radicalismo também significa, nas mentes de muitos, tanto partidários quanto oponentes, dependência do uso de violência como o principal método de realizar mudanças drásticas. Aqui o liberal assume uma visão diferente. Pois ele está comprometido com a organização de ação inteligente como o principal método. Qualquer discussão franca da questão deve reconhecer até que ponto aqueles que condenam o uso de qualquer violência estão dispostos a recorrer à violência e estão prontos a pôr sua vontade em operação. A sua objeção fundamental é à mudança na instituição econômica que existe agora, e para sua manutenção eles recorrem ao uso da força que é colocada em suas mãos por essa própria instituição. Eles não precisam defender o uso da força; sua única necessidade é empregá-la. Força, em vez de inteligência, é acrescentada aos

procedimentos do sistema social existente, normalmente como coerção, em tempos de crise como violência patente. O sistema jurídico, obviamente em seu aspecto penal, mais sutilmente na prática civil, baseia-se em coerção.

As guerras são os métodos recorrentemente utilizados para resolver disputas entre nações. Uma escola de radicais discorre sobre o fato de que no passado a transferência de poder em uma sociedade era ou realizada por violência ou acompanhada pela mesma. Mas o que precisamos perceber é que a força física é utilizada, pelo menos na forma de coerção, na própria organização da nossa sociedade. Que o sistema competitivo, que foi considerado pelos liberais primitivos como o meio através do qual as capacidades latentes dos indivíduos deveriam ser evocadas e direcionadas para canais socialmente úteis, é agora, de fato, um estado de batalha mal disfarçada é algo que dificilmente precisa ser enfatizado. Que o controle dos meios de produção pelos poucos na posse legal opera como uma agência permanente de coerção de muitos é algo que pode precisar de ênfase na afirmação, mas certamente é evidente para alguém que esteja disposto a observar e a relatar honestamente o cenário atual. É absurdo considerar o Estado político como a única agência agora dotada de poder coercitivo. O seu exercício desse poder é pálido em contraste com aquele exercido pelos interesses de propriedade concentrados e organizados.

Não é surpreendente, em vista da nossa dependência permanente do uso de força coercitiva, que em todos os momentos de crise a coerção irrompa em violência aberta. Neste país, com sua tradição de violência promovida por condições de fronteira e pelas condições nas quais a imigração ocorreu durante a maior parte da nossa história, o recurso à violência é particularmente recorrente da parte daqueles que estão no poder. Em tempos de mudança iminente, nossa veneração verbal e sentimental da Constituição, com suas garantias de liberdades civis de expressão, prensa e reunião, prontamente vai a extremos. Com freqüência os oficiais da lei são os piores infratores, agindo como agentes de algum poder que governa a vida econômica de uma comunidade. O que é dito sobre o valor da livre expressão como uma válvula de segurança é então esquecido com a maior facilidade, talvez um comentário

sobre a fraqueza da defesa da liberdade de expressão que a considera simplesmente como um meio de desabafar.

Não é agradável encarar até que ponto, na verdade, conta-se com a força coercitiva e violenta no atual sistema social como um meio de controle social. É muito mais agradável evitar o fato. Mas a menos que o fato seja reconhecido como um fato em sua amplitude e profundidade total, o significado de dependência de inteligência como o método alternativo de direção social não será entendido. O não-reconhecimento significa, entre outras coisas, a não-percepção que aqueles que propagam o dogma da dependência da força têm a sanção de muito do que já está arraigado no sistema atual. Eles apenas mudariam o uso dela para fins opostos. A suposição de que o método da inteligência já governa e que aqueles que defendem o uso da violência estão introduzindo um novo elemento no quadro social pode não ser hipócrita, mas é insensatamente inconsciente do que está realmente envolvido na inteligência como um método alternativo de ação social.

Eu inicio com um exemplo do que está realmente envolvido na questão. Por que é que, fora a nossa tradição de violência, a liberdade de expressão é tolerada e até mesmo louvada quando as questões sociais parecem estar indo de forma tranqüila e, no entanto, é tão rapidamente destruída sempre que as coisas ficam críticas? A resposta geral, é claro, é que no fundo as instituições sociais nos habituaram ao uso da força de alguma forma velada. Mas uma parte da resposta é encontrada em nosso hábito entranhado de considerar a inteligência como uma posse individual e o seu exercício com um direito individual. É falso que a liberdade de investigação e de expressão não sejam modos de ação. Elas são modos de ação extremamente potentes. O reacionário compreende esse fato, na prática senão na idéia explícita, mais rapidamente do que o liberal, que é muito dedicado a afirmar que essa liberdade é inconsciente das conseqüências, bem como um direito meramente individual. O resultado é que essa liberdade é tolerada contanto que ela não pareça ameaçar de forma alguma o *status quo* da sociedade. Quando ela ameaça, todo o esforço é aplicado para identificar a ordem estabelecida com o bem público. Quando essa identificação é

estabelecida, segue que qualquer direito meramente individual deve ceder ao bem-estar geral. Contanto que a liberdade de pensamento e de expressão seja reivindicada como um direito meramente individual, ela abrirá caminho, como fazem outras reivindicações meramente pessoais, quando estiver, ou com sucesso for declarada estar, em oposição ao bem-estar geral.

De modo algum eu depreciaria a nobre luta travada por liberais primitivos em defesa da liberdade individual de pensamento e expressão. Nós devemos mais a eles do que é possível registrar em palavras. Nunca palavras mais eloqüentes foram ditas por outra pessoa do que aquelas do Juiz Brandeis no caso de um ato legislativo que de fato restringiu a liberdade de expressão política. Ele disse: “Aqueles que conquistaram nossa independência acreditavam que o objetivo final do Estado era tornar os homens livres para desenvolverem suas faculdades e que no seu governo as forças deliberativas deveriam prevalecer sobre as arbitrárias. Eles valorizavam a liberdade tanto como um fim quanto como um meio. Eles acreditavam que a liberdade fosse o segredo da felicidade e que a coragem fosse o segredo da liberdade. Eles acreditavam que a liberdade de pensar e de falar como você pensa são meios indispensáveis para a descoberta e divulgação da verdade política; que sem livre expressão e assembléia a discussão seria inútil; que com elas a discussão propicia proteção ordinariamente adequada contra a disseminação de doutrinas nocivas; que a maior ameaça à liberdade é um povo inerte; que a discussão pública é um dever político; e que isso deveria ser um princípio fundamental do Governo dos EUA”. Esse é o credo de um liberalismo combatente. Mas a questão que estou levantando está ligada ao fato de que essas palavras são encontradas em uma opinião dissidente, minoritária da Suprema Corte dos Estados Unidos. A função pública do pensamento e expressão individual livre é claramente reconhecida nas palavras citadas. Mas a recepção da verdade das palavras enfrenta um obstáculo: o velho hábito de defender a liberdade de pensamento e expressão como algo inerente aos indivíduos à parte de e até mesmo em oposição às reivindicações sociais.

O liberalismo precisa assumir a responsabilidade por tornar claro que a inteligência é um ativo social e é revestida de uma função tão pública quanto a sua origem, na cooperação concreta, social. Foi Comte que, em reação contra as idéias puramente individualistas que pareciam, para ele, subjazer a Revolução Francesa, disse que na matemática, física e astronomia não há direito de consciência privada. Se nós removermos a declaração do contexto do procedimento científico real, ela é perigosa porque é falsa. O investigador individual não tem apenas o direito, mas o dever de criticar as idéias, teorias e “leis” que são prevaletentes na ciência. Mas se tomarmos a declaração no contexto do método científico, ela indica que ele faz a sua crítica em virtude de um conjunto de conhecimentos socialmente gerado e por meio de métodos que não são de origem e posse privada. Ele utiliza um método que retém a validade pública mesmo quando as inovações são introduzidas em seu uso e aplicação.

Henry George, falando dos navios que cruzam o oceano a uma velocidade de 500 ou 600 milhas por dia, comentou: “Não há nada que mostre que os homens que hoje constroem, navegam e usam tais navios sejam um pouquinho superiores em qualquer qualidade física ou mental aos seus antepassados, cuja melhor embarcação era um barquinho de vime e couro. A enorme melhoria que esses navios mostram não é uma melhoria da natureza humana; é uma melhoria da sociedade – ela se deve a uma união mais ampla e mais plena de esforços individuais na realização de fins comuns”. Este único exemplo, devidamente ponderado, dá uma idéia melhor da natureza da inteligência e de sua função social do que daria um volume de dissertação abstrata. Considere meramente dois dos fatores que entram e suas conseqüências sociais. Considere o que está envolvido na produção do aço, do primeiro uso do fogo e depois a fundição bruta do minério, aos processos que agora efetuam a produção em massa do aço. Considere também o desenvolvimento do poder de orientar os navios através da imensidão sem rastro dos mares desde a época em que eles andavam próximo do litoral, governando-se pelo sol e estrelas visíveis, até os aparelhos que agora permitem que um rumo certo seja tomado. Seria necessário um tomo bem pesado para descrever os avanços na ciência, matemática,

astronomia, física e química que possibilitaram essas duas coisas. O registro seria um relato de um grande número de esforços cooperativos, no qual um indivíduo usa os resultados fornecidos para ele por um número incontável de outros indivíduos e utiliza-os a fim de somar à reserva comum e pública. Um levantamento desses fatos torna perfeitamente claro o real caráter social da inteligência como ela realmente se desenvolve e progride. O levantamento das conseqüências sobre os modos de vida dos indivíduos e sobre os termos nos quais os homens se associam, devido ao novo método de transporte, nos levaria ao produtor de trigo das pradarias, ao criador de gado das planícies, ao produtor de algodão do Sul, a um vasto número de usinas e fábricas e à sala de contagem dos bancos, e o que seria visto nesse país seria repetido em todos os países do mundo.

É para coisas como essas, em vez de para a psicologia abstrata e formal, que devemos ir se quisermos aprender a natureza da inteligência: nela mesma, na sua origem e desenvolvimento e seus usos e conseqüências. Neste ponto, gostaria de voltar a uma idéia apresentada no capítulo anterior. Eu então me referi ao desprezo freqüentemente expresso ao apoio na inteligência como um método social, e eu disse que esse menosprezo se deve à identificação da inteligência com dons naturais dos indivíduos. Em contraste com esta noção, eu falei do poder dos indivíduos de se apropriarem e responderem à inteligência, conhecimento, idéias e propósitos que foram integrados ao meio no qual os indivíduos vivem. Cada um de nós conhece, por exemplo, algum mecânico de capacidade natural comum que é inteligente dentro de assuntos da sua profissão. Ele viveu em um ambiente no qual a inteligência cumulativa de uma série de indivíduos cooperativos é personificada e, pelo uso das suas capacidades naturais, ele torna alguma fase dessa inteligência a sua própria. Considerando um meio social em cujas instituições o conhecimento, idéias e arte da humanidade disponíveis estivessem encarnadas, o indivíduo mediano se ergueria a alturas jamais sonhadas de inteligência social e política.

A dificuldade, o problema é encontrado no provisor. A inteligência realmente existente e potencialmente disponível pode ser personificada naquele meio

institucional no qual o indivíduo pensa, deseja e age? Antes de lidar diretamente com essa pergunta, quero dizer algo sobre a operação da inteligência em nossas instituições políticas atuais, conforme exemplificado pelas práticas atuais de governo democrático. Eu não minimizaria o avanço alcançado na substituição dos métodos de discussão e consulta pelo método de governo arbitrário. Mas o melhor é freqüentemente o inimigo do melhor ainda. A discussão, como a manifestação da inteligência na vida política, estimula a publicidade; através dela seus pontos sensíveis são trazidos à luz e, de outra forma, permaneceriam ocultos. Ela proporciona oportunidade para a promulgação de novas idéias. Comparada com o poder despótico, ela é um convite para que os indivíduos se interessem pelas questões públicas. Mas a discussão e a dialética, por mais indispensáveis que sejam para a elaboração de idéias e políticas depois que as idéias são uma vez propostas, são juncos fracos para se depender para a criação sistemática de planos abrangentes, os planos que são necessários se o problema da organização social tiver que ser enfrentado. Houve uma época em que a discussão, a comparação de idéias já atuais a fim de purificá-las e esclarecê-las, era considerada suficiente na descoberta da estrutura e das leis da natureza física. No segundo campo, o método foi substituído por aquele da observação experimental guiado por hipóteses de trabalho abrangentes e utilizando todos os recursos disponibilizados pela matemática.

Mas nós ainda dependemos do método da discussão, com apenas controle científico incidental, na política. Nosso sistema de sufrágio popular, imensamente valioso como ele é em comparação com aquele que o precedeu, exhibe a idéia de que a inteligência é uma posse individualista, na melhor das hipóteses ampliada pela discussão pública. A prática política existente, com seu ignorar completo dos grupos ocupacionais e do conhecimento e propósitos organizados que estão envolvidos na existência de tais grupos, manifesta uma dependência de uma soma de indivíduos quantitativamente, semelhante à fórmula puramente quantitativa de Bentham da maior soma dos prazeres do maior número possível. A formação de partidos ou, como os escritores do

século XVIII chamavam, facções, e o sistema de governo partidário é o contrapeso praticamente necessário a um individualismo numérico e atomístico. A idéia de que o conflito das partes irá, por meio da discussão pública, revelar verdades públicas necessárias é um tipo de versão política atenuada da dialética hegeliana, com sua síntese alcançada por uma união de concepções antitéticas. O método não tem nada em comum com o procedimento de investigação cooperativa organizada que ganhou os triunfos da ciência no campo da natureza física.

Inteligência na política quando ela é identificada com a discussão significa apoio em símbolos. A invenção da linguagem é provavelmente a maior invenção única alcançada pela humanidade. O desenvolvimento de formas políticas que promovem o uso de símbolos em lugar de poder arbitrário foi outra grande invenção. O estabelecimento de instituições parlamentares, constituições escritas e o sufrágio no século XIX como forma de governo político é um tributo ao poder dos símbolos. Mas os símbolos somente são significativos em conexão com a realidade por trás deles. Nenhum observador inteligente pode negar, acho eu, que eles são freqüentemente utilizados na política partidária como um substituto para as realidades em vez de meios de contato com elas. A alfabetização popular, junto com o telégrafo, a franquia postal barata e a prensa tipográfica multiplicaram enormemente o número daqueles influenciados. Aquilo que chamamos de educação fez muito para gerar hábitos que colocam símbolos no lugar de realidades. As formas de governo popular tornam necessário o uso elaborado de palavras para influenciar a ação política. "Propaganda" é a consequência inevitável da combinação dessas influências e ela se estende a todas as áreas da vida. As palavras não apenas tomam o lugar das realidades, mas são elas mesmas corrompidas. A diminuição no prestígio do sufrágio e do governo parlamentar está intimamente associada à crença, manifesta na prática mesmo se não expressa em palavras, de que a inteligência é uma posse individual a ser alcançada por meio de persuasão verbal.

Esse fato sugere, como forma de contraste, o significado genuíno de inteligência em conexão com opinião, sentimento e ação públicas. A crise na democracia

exige a substituição da inteligência que é exemplificada no procedimento científico pelo tipo de inteligência que é agora aceito. A necessidade dessa mudança não é esgotada na demanda por maior honestidade e imparcialidade, embora essas qualidades estejam agora corrompidas pela discussão realizada principalmente para fins de supremacia partidária e para imposição de algum interesse especial porém oculto. Essas qualidades precisam ser restauradas. Mas a necessidade vai além. O uso social da inteligência permaneceria deficiente mesmo se esses traços morais fossem exaltados e, no entanto, a inteligência continuava a ser identificada simplesmente com discussão e persuasão, necessárias como essas coisas são. A aproximação do uso do método científico na investigação e da mente técnica na invenção e projeção de planos sociais de amplas conseqüências é exigida. O hábito de considerar as realidades sociais em termos de causa e efeito e as políticas sociais em termos de meio e conseqüências ainda é incipiente. O contraste entre o estado de inteligência na política e no controle físico da natureza deve ser tomado literalmente. O que aconteceu nesse último é a demonstração notável do significado de inteligência organizada. O efeito combinado de ciência e tecnologia liberou energias mais produtivas em meros cem anos do que se atribui à história humana anterior na sua totalidade. Produtivamente ele se multiplicou nove milhões de vezes apenas na última geração. A visão profética de Francis Bacon da subjugação das energias da natureza através da mudança nos métodos de investigação foi quase realizada. O motor fixo, a locomotiva, o dínamo, o automóvel, a turbina, o telégrafo, o telefone, o rádio e o cinema não são os produtos de mentes individuais isoladas nem do regime econômico específico chamado de capitalismo. Eles são o fruto de métodos que primeiro penetraram nas causalidades operacionais da natureza e então utilizaram o conhecimento resultante em empreendimentos imaginativos arrojados de invenção e construção.

Atualmente ouvimos muito sobre conflito de classes. A história passada do homem nos é apresentada como que quase exclusivamente um registro de lutas entre classes, terminando na vitória de uma classe que havia sido

oprimida e a transferência de poder para ela. É difícil evitar ler o passado em termos do cenário contemporâneo. Na verdade, fundamentalmente é impossível evitar esse curso. Com uma certa condição, é altamente importante que nós sejamos compelidos a seguir esse caminho. Pois o passado como o passado se foi, exceto pela fruição e refrigério estéticos, enquanto o presente está conosco. O conhecimento do passado é significativo somente à medida que ele aprofunda e expande nossa compreensão do presente. No entanto, há uma condição. Nós devemos entender as coisas que são mais importantes no presente quando olhamos para o passado e não nos permitir sermos enganados por fenômenos secundários não importa quão intensos e imediatamente urgentes eles sejam. Visto por esse prisma, a ascensão do método científico e da tecnologia baseada nele é a força genuinamente ativa em produzir o vasto complexo de mudanças pelas quais o mundo está passando agora, não a luta de classes cujo espírito e método são opostos à ciência. Se entendermos a força causal exercida por essa personificação da inteligência saberemos onde tomar os meios de dirigir uma mudança maior.

Quando eu digo que o método científico e a tecnologia foram a força ativa em produzir as transformações revolucionárias pelas quais a sociedade está passando, eu não sugiro que nenhuma outra força trabalhou para deter, desviar e corromper sua operação. Em vez disso, esse fato é positivamente sugerido. Neste ponto, na verdade, está localizado o conflito que subjaz as confusões e incertezas do cenário atual. O conflito é entre instituições e hábitos originando-se na era pré-científica e pré-tecnológica e as novas forças geradas pela ciência e tecnologia. A aplicação da ciência, em um grau considerável, até mesmo o seu próprio crescimento, foi condicionado pelo sistema ao qual dá-se o nome de capitalismo, uma designação aproximada de um complexo de arranjos políticos e jurídicos centrado em um modo específico de relações econômicas. Devido ao condicionamento da ciência e tecnologia por esse cenário, a segunda e humanamente mais importante parte da previsão de Bacon até agora não se realizou. A conquista das energias naturais não veio para a melhoria da condição humana comum da forma como ele previu.

Devido a condições que foram estabelecidas pelas instituições jurídicas e pelas idéias morais existentes quando as revoluções científica e industrial ocorreram, o principal usufruto da última foi apropriado por uma classe relativamente pequena. Os empresários industriais colheram desproporcionadamente o que eles semearam. Ao obter a propriedade privada dos meios de produção e troca eles desviaram uma parte considerável dos resultados da maior produtividade para seus próprios bolsos. Essa apropriação não foi fruto de conspiração criminosa ou de má intenção. Ela foi sancionada não apenas pelas instituições jurídicas de longa duração, mas por todo o código moral dominante. A instituição da propriedade privada por muito tempo precedeu os tempos feudais. É a instituição com a qual os homens têm vivido, com poucas exceções, desde o início da civilização. A sua existência se imprimiu profundamente nas concepções morais da humanidade. Além disso, as novas forças industriais tenderam a derrubar muitas das rígidas barreiras de classes que haviam estado em vigor e a dar a milhões uma nova perspectiva e uma nova esperança – sobretudo neste país sem passado feudal e sem sistema de classe fixo.

Visto que as instituições jurídicas e os modelos de mente característicos das eras da civilização ainda perduram, existe o conflito que traz confusão para cada fase da vida atual. O problema de criar uma nova orientação e organização social é, quando reduzido aos seus elementos básicos, o problema de usar os novos recursos de produção, possibilitados pelo avanço da ciência física, para fins sociais, para o que Bentham chamou de o maior bem do maior número. As relações institucionais estabelecidas na era pré-científica atrapalham a realização dessa grande transformação. O atraso nos padrões mentais e morais fornece a proteção das instituições mais antigas; ao expressarem o passado elas ainda expressam crenças, perspectivas e propósitos atuais. Aqui está o lugar onde o problema do liberalismo está centrado hoje.

O argumento tirado da história passada de que a mudança radical deve ser realizada por meio da luta de classes, culminando em guerra aberta, deixa de distinguir entre as duas forças, uma ativa, a outra resistente e desviante, que

produziram o cenário social no qual vivemos. A força ativa é, como eu disse, método científico e aplicação tecnológica. A força oposta é aquela de instituições mais antigas e dos hábitos que cresceram ao redor delas. Em vez de distinção entre as forças e distribuição das suas conseqüências, encontramos as duas coisas embotadas. O composto é rotulado como a classe capitalista ou a burguesa, e a essa classe como uma classe são atribuídas todas as características importantes da sociedade industrializada atual – assim como os defensores do regime de liberdade econômica exercida para propriedade privada estão acostumados a atribuir todas as melhorias feitas no último século e meio ao mesmo regime capitalista. Assim, na literatura comunista ortodoxa, desde o *Manifesto Comunista* de 1848 até os dias atuais, nos dizem que a burguesia, o nome de uma classe distintiva, fez isso e aquilo. Ela deu, dizem, um caráter cosmopolita à produção e ao consumo; destruiu a base nacional da indústria, aglomerou a população em centros urbanos; transferiu o poder do campo para a cidade no processo de criar uma força produtiva colossal, sua principal conquista. Além disso, ela criou crises de intensidade sempre renovada; criou imperialismo de um novo tipo num esforço frenético para controlar as matérias-primas e os mercados. Finalmente, ela criou uma nova classe, o proletariado, e o criou como uma classe tendo um interesse comum oposto àquele da burguesia e está dando um estímulo irresistível à sua organização, primeiro como uma classe e depois como um poder político. De acordo com a versão econômica da dialética hegeliana, a classe burguesa está assim criando o seu próprio oposto completo e antagônico, e isso, com o tempo, terminará com o velho poder e dominação. A luta de classes da guerra civil velada irá finalmente irromper em revolução aberta e o resultado será ou a destruição comum das partes rivais ou uma reconstituição revolucionária da sociedade em geral através de uma transferência de poder de uma classe para outra.

A posição assim descrita une um vasto escopo a uma grande simplicidade. Estou interessado nela aqui apenas na medida em que ela enfatiza a idéia de uma luta entre classes, culminando em conflito aberto e violento como sendo o método para a produção de mudança social radical. Pois, note bem, a questão

não é se alguma quantidade de violência acompanhará a realização da mudança radical das instituições. A questão é se a força ou a inteligência será o método com o qual nós consistentemente contamos e a cuja promoção nós dedicamos nossas energias. A insistência de que o uso de força violenta é inevitável limita o uso da inteligência disponível, pois onde quer que o inevitável reine a inteligência não pode ser usada. O compromisso com a inevitabilidade é sempre o fruto de dogma: a inteligência não finge *saber*, exceto como um resultado de experimentação, o oposto do dogma preconcebido. Além disso, a prévia aceitação da inevitabilidade da violência tende a produzir o uso de violência em casos onde métodos pacíficos poderiam de outra forma servir. O fato curioso é que enquanto é geralmente admitido que esse e aquele problema social específico, digamos da família, ou das ferrovias ou do sistema bancário, deve ser resolvido, se de alguma forma, pelo método da inteligência, no entanto deve haver algum problema social abrangente que possa ser resolvido apenas pelo uso de violência. Esse fato seria inexplicável não fosse ele uma conclusão do dogma como sua premissa.

Afirma-se freqüentemente que o método de inteligência experimental pode ser aplicado aos fatos físicos porque a natureza física não apresenta conflitos de interesses de classe, embora ele seja inaplicável à sociedade porque a mesma é muito profundamente marcada por interesses incompatíveis. Supõe-se então que o “experimentalista” é alguém que escolheu ignorar o fato desconfortável dos interesses conflitantes. É claro, há interesses conflitantes; de outra forma não haveria problemas sociais. O problema em discussão é precisamente *como* reivindicações conflitantes devem ser resolvidas no interesse da mais ampla contribuição possível aos interesses de todos – ou pelo menos da grande maioria. O método da democracia – na medida em que ele é aquele de inteligência organizada – é expor abertamente esses conflitos onde suas reivindicações especiais possam ser vistas e avaliadas, onde elas possam ser discutidas e julgadas à luz de interesses mais inclusivos que são representados por qualquer um deles separadamente. Há, por exemplo, um conflito de interesses entre fabricantes de munição e a maior parte do resto da população.

Quanto mais as respectivas reivindicações dos dois são pública e cientificamente consideradas, é mais provável que o interesse público será revelado e efetivado. Há um conflito de interesses incontestes e objetivo entre o capitalismo financeiro que controla os meios de produção e cujo lucro é servido mantendo-se relativa escassez, trabalhadores ociosos e consumidores famintos. Mas o que gera a luta violenta é não trazer o conflito à luz da inteligência onde os interesses conflitantes possam ser estudados e resolvidos em defesa do interesse da grande maioria. Aqueles mais comprometidos com o dogma da força inevitável reconhecem a necessidade de descobrir e expressar inteligentemente o interesse social dominante até um certo ponto e depois recuar. O “experimentalista” é alguém que faria com que o método do qual todas as pessoas em toda comunidade democrática dependem em algum grau fosse seguido até estar completo.

A despeito da existência de conflitos de classe, equivalendo, às vezes, à guerra civil velada, qualquer um habituado ao uso do método da ciência verá com considerável suspeita a instalação de seres humanos reais em entidades fixas chamadas classes, sem interesses correspondentes e, portanto, internamente unificadas e externamente separadas para que elas sejam tornadas os protagonistas da história – ela mesma hipotética. Essa idéia de classes é uma sobrevivência de uma lógica rígida que uma vez prevaleceu nas ciências da natureza, mas que não mais ocupa nenhum lugar lá. Essa conversão das abstrações em entidades cheira mais a uma dialética de conceitos do que a um exame realista dos fatos, embora ela tenha mais apelo emocional para muitos do que os resultados do último. Dizer que todo o progresso social histórico passado foi o resultado de cooperação e não de conflito também seria um exagero. Mas exagero por exagero, ele é o mais razoável dos dois. E não é exagero dizer que a medida de civilização é o grau no qual o método de inteligência cooperativa substitui o método de conflito bruto.

Mas o ponto com o qual estou especialmente preocupado aqui é o emaranhamento indiscriminado de duas coisas diferentes como sendo uma força única – os resultados da tecnologia científica e de um sistema jurídico de

relações de propriedade. Foram a ciência e a tecnologia que tiveram o efeito social revolucionário enquanto o sistema jurídico tem sido o elemento relativamente estático. De acordo com os próprios marxistas, as bases econômicas da sociedade consistem em duas coisas, as forças de produção de um lado e, no outro lado, as relações sociais de produção, isto é, o sistema jurídico de propriedade sob o qual o primeiro opera. O segundo fica atrás e as “revoluções” são produzidas pelo poder das forças de produção para mudar o sistema das relações institucionais. Mas quais são as forças modernas de produção senão aquelas da tecnologia científica? E o que é a tecnologia científica senão uma demonstração em larga escala da inteligência organizada em ação?

É bem verdade que o que está acontecendo socialmente é o resultado da combinação dos dois fatores, um dinâmico, o outro relativamente estático. Se nós escolhermos chamar a combinação pelo nome de capitalismo, então é verdade, ou um truísmo, que o capitalismo é a “causa” de todas as mudanças sociais importantes que ocorreram – um argumento que os representantes do capitalismo estão ávidos para apresentar sempre que o aumento da produtividade está em questão. Mas se nós quisermos *entender*, e não apenas colar rótulos, desfavoráveis ou favoráveis, conforme o caso, certamente começaremos e terminaremos com a distinção. O aumento colossal da produtividade, o ajuntamento de homens nas cidades e nas grandes fábricas, a eliminação da distância, o acúmulo de capital, fixo e líquido – essas coisas teriam acontecido, em um certo estágio, independentemente do sistema institucional estabelecido. Elas são a consequência do novo meio de produção tecnológica. Certas outras coisas aconteceram por causa de instituições herdadas e dos hábitos de crença e caráter que os acompanham e apóiam. Se começarmos neste ponto, veremos que a liberação da produtividade é o produto da inteligência cooperativamente organizada e veremos também que a estrutura institucional é precisamente aquela que não está sujeita, até agora, em nenhuma medida considerável, ao impacto da inteligência inventiva e construtiva. Que coerção e opressão em larga escala existem, nenhuma pessoa

honestas podem negar. Mas essas coisas não são o produto da ciência e tecnologia, mas da perpetuação de velhas instituições e modelos intocados pelo método científico. A inferência a ser feita é clara.

O argumento, extraído da história, de que as grandes mudanças sociais foram realizadas apenas por meios violentos precisa de modificação considerável em vista do vasto escopo de mudanças que estão ocorrendo sem o uso de violência. Mas mesmo se admitirmos que ele se origine do passado, a conclusão que a violência é o método a dependermos agora não serve – a menos que se esteja comprometido com uma filosofia dogmática da história. O radical que insiste que o futuro método de mudança deve ser como aquele do passado tem muito em comum com o reacionário inflexível que se mantém fiel ao passado como um fato definitivo. Ambos desconsideram o fato de que a história, sendo um processo de mudança, gera mudança não apenas nos detalhes, mas também no método de dirigir a mudança social. Eu volto ao que eu disse no início deste capítulo. É verdade que a ordem social é em geral condicionada pelo uso da força coerciva, explodindo, às vezes, em violência aberta. Mas o que também é verdade é que a humanidade agora tem em sua posse um novo método, aquele da ciência cooperativa e experimental que expressa o método da inteligência. Eu deveria estar opondo dogmatismo com dogmatismo se eu afirmasse que a existência desse fator historicamente novo invalida completamente todos os argumentos extraídos do efeito da força no passado. Mas está dentro dos limites da razão afirmar que a presença desse fator social exige que a situação atual seja analisada em seus próprios termos e não seja rigidamente classificada em concepções fixas extraídas do passado.

Qualquer análise feita em termos da situação atual não deixará de notar um fato que milita poderosamente contra argumentos tirados do uso passado da violência. O conflito armado moderno é destrutivo além de tudo conhecido em tempos mais antigos. Essa maior destrutividade deve-se, principalmente, é claro, ao fato de que a ciência elevou a um novo nível de poder destrutivo todas as agências de hostilidade armada. Mas ela também se deve à interdependência muito maior de todos os elementos da sociedade. Os laços que unem as

comunidades e Estados modernos são tão delicados quanto numerosos. A auto-suficiência e independência de uma comunidade local, características de sociedades mais primitivas, desapareceram em todos os países altamente industrializados. O abismo que uma vez separava a população civil da militar praticamente se foi. A guerra envolve a paralisia de todas as atividades sociais normais e não meramente a reunião das forças armadas no campo. O *Manifesto Comunista* apresentou duas alternativas: ou a mudança revolucionária e a transferência do poder para o proletariado *ou* a ruína comum das partes rivais. Hoje, a guerra civil que seria adequada para realizar a transferência de poder e uma reconstituição da sociedade em geral, conforme entendida pelos Comunistas oficiais, pareceria apresentar apenas uma conseqüência possível: a ruína de todas as partes e a destruição da vida civilizada. Só esse fato já é suficiente para nos levar a considerar as potencialidades do método da inteligência.

O argumento para pôr dependência principal na violência como o método de realizar mudança radical é, além disso, normalmente colocado de uma forma que prova, em geral, demais para o seu próprio caso. É dito que a classe econômica dominante possui todas as agências de poder em suas mãos, diretamente o exército, a milícia e a polícia; indiretamente os tribunais, escolas, imprensa e rádio. Eu não me deterei em analisar essa declaração. Mas se a admitirmos como válida, a conclusão a ser tirada é certamente a loucura de recorrer ao uso de força contra força que está tão bem estabelecido. A conclusão positiva que surge é que as condições que prometeriam sucesso no caso da força são tais a ponto de tornar possível uma grande mudança sem qualquer grande recurso a tal método (1).

Aqueles que apóiam a necessidade da dependência da violência normalmente simplificam demais o caso estabelecendo uma disjunção que eles consideram como evidente por si mesma. Eles dizem que a única alternativa é depositar nossa confiança em procedimentos parlamentares como eles existem agora. Esse isolamento da elaboração de leis de outras forças e agências sociais que são constantemente operantes é totalmente irrealista. As legislaturas e os

congressos não existem em um vácuo – nem mesmo os juízes no tribunal vivem em câmaras à prova de som completamente isoladas. A suposição de que é possível para a constituição e atividades dos órgãos legislativos persistirem inalterados enquanto a própria sociedade está passando por uma grande mudança é um exercício em lógica formal verbal.

É verdade que neste país, devido às interpretações feitas pelos tribunais de uma constituição escrita, nossas instituições políticas são raramente inflexíveis. Também é verdade, bem como até mais importante (porque isso é um fator em causar essa rigidez) que nossas instituições, democráticas na forma, tendem a favorecer substancialmente uma plutocracia privilegiada. No entanto, é completo derrotismo supor antes do julgamento real que as instituições políticas democráticas são incapazes ou de promover o desenvolvimento ou de aplicação social construtiva. Mesmo como elas existem agora, as formas de governo representativo são potencialmente capazes de expressar a vontade pública quando isso supõe algo como unificação. E não há nada inerente a elas que proíba sua complementação por agências políticas que representem explicitamente interesses sociais econômicos como o de produtores e consumidores.

O argumento final em defesa do uso da inteligência é que assim como os meios são utilizados, também são alcançados os fins reais – isto é, as conseqüências. Não conheço falácia maior do que a alegação daqueles que acreditam no dogma da necessidade da força bruta e que esse uso será o método de dar vida à genuína democracia – do qual eles se declaram ser os autênticos partidários. É preciso uma fé extraordinariamente crédula na dialética hegeliana dos opostos para pensar que de repente o uso da força por uma classe será transformado em uma sociedade sem classe democrática. A força gera contraforça, a lei de Newton de ação e reação ainda vale na física e a violência é física. Professar a democracia como um ideal definitivo e a supressão da democracia como um meio para o ideal pode ser possível em um país que jamais tenha conhecido nem mesmo uma democracia rudimentar, mas quando professada em um país que tenha algo de um espírito democrático genuíno em suas tradições, isso

significa desejo de posse e retenção de poder por uma classe, quer essa classe seja chamada de Fascista ou Proletária. Considerando o que acontece em países não-democráticos, é pertinente perguntar se o governo de uma classe significa a ditadura da maioria, ou ditadura sobre a classe escolhida por um partido minoritário, se os dissidentes são admitidos dentro da classe que o partido alega representar; e se o desenvolvimento da literatura e das outras artes continua de acordo com uma fórmula determinada por um partido em conformidade com um dogma doutrinário da história e da liderança infalível, ou se os artistas são livres de arregimentação? Até que essas perguntas sejam satisfatoriamente respondidas, é permitido olhar com suspeita considerável para aqueles que afirmam que a supressão da democracia é o caminho para o estabelecimento adequado de uma democracia genuína. A única exceção – e essa aparente em vez de real – para a dependência de inteligência organizada como o método para dirigir a mudança social é encontrada quando a sociedade, através de uma maioria autorizada, entrou no caminho da experimentação social levando a uma grande mudança social, e uma minoria se recusa pela força a permitir que o método de ação inteligente entre em vigor. Então a força pode ser inteligentemente empregada para dominar e desarmar a minoria recalcitrante.

Pode haver alguns que achem que eu estou dignificando indevidamente uma posição mantida por um grupo comparativamente pequeno ao levar seus argumentos tão a sério como eu fiz. Mas a posição deles serve para pôr em forte destaque as alternativas diante de nós. Ela torna claro o significado de liberalismo renascente. As alternativas são a continuação da mudança gradual com improvisações resultantes para atender às emergências especiais; dependência da violência, dependência da inteligência socialmente organizada. As duas primeiras alternativas, no entanto, não são mutuamente exclusivas, pois se se permitir que as coisas deixem-se levar, o resultado pode ser algum tipo de mudança social realizada pelo uso da força, quer assim planejado ou não. Em geral, a política recente de liberalismo tem sido para promover a “legislação social”, isto é, medidas que acrescentem a execução de serviços

sociais para as funções mais antigas do governo. O valor desse acréscimo não deve ser desprezado. Ele marca um movimento resolutivo para longe do liberalismo *laissez faire* e tem importância considerável em educar a mente pública para uma percepção das possibilidades do controle social organizado. Ele ajudou a desenvolver algumas das técnicas que, seja como for, serão necessárias em uma economia socializada. Mas a causa do liberalismo será perdida por um período considerável se ele não estiver preparado para ir além e socializar as forças de produção, agora à mão, para que a liberdade dos indivíduos seja apoiada pela própria estrutura da organização econômica.

O lugar definitivo da organização econômica na vida humana é garantir a base segura para uma expressão ordenada da capacidade individual e para a satisfação das necessidades do homem em direções não-econômicas. O esforço da humanidade com relação à produção material faz parte, como eu disse antes, de interesses e atividades que são, relativamente falando, rotineiros em caráter, “rotineiro” sendo definido como aquilo que, sem absorver atenção e energia, fornece uma base constante para a liberação dos valores da vida intelectual, estética e de sociedade. Todos os professores e profetas religiosos e morais significativos afirmaram que o material é instrumental para a boa vida. Nominalmente pelo menos, essa idéia é aceita por toda a comunidade civilizada. A transferência da carga da produção material dos músculos e cérebro humano para o vapor, eletricidade e processos químicos agora torna possível a efetiva realização desse ideal. Necessidades, carências e desejos são sempre a força motriz para gerar ação criativa. Quando esses desejos são compelidos pela força das condições a serem direcionados, em sua maioria, entre a massa da humanidade, a obter os meios de subsistência, o que deveria ser um meio se torna, por força da circunstância, um fim em si mesmo. Até agora as novas forças mecânicas de produção, que são o meio de emancipação desse estado de coisas, foram empregadas para intensificar e exagerar a inversão da verdadeira relação entre os meios e os fins. Humanamente falando, eu não vejo como teria sido possível evitar uma época com esse caráter. Mas a sua perpetuação é a causa do caos e da luta social continuamente crescente. O

seu término não pode ser realizado pregando-se aos indivíduos que eles deveriam colocar os fins espirituais acima dos meios materiais. Ele pode ser realizado através de reconstrução social organizada que coloque os resultados do mecanismo de abundância à livre disposição dos indivíduos. O verdadeiro “materialismo” corrosivo dos nossos tempos não provém da ciência. Ele surge da noção, constantemente cultivada pela classe no poder, que as capacidades criativas dos indivíduos podem ser evocadas e desenvolvidas apenas em uma luta por posses materiais e ganho material. Ou nós deveríamos abandonar nossa crença professada na supremacia de valores ideais e espirituais e adaptar nossas crenças à orientação material predominante ou deveríamos, através de esforço organizado, instituir a economia socializada da segurança e abundância material que liberará a energia humana para a busca de valores mais elevados. Como a liberação das capacidades dos indivíduos para expressão livre e auto-instruída é uma parte essencial do credo do liberalismo, o liberalismo que for sincero deve determinar os meios que condicionam o alcance de seus fins. A arregimentação de forças materiais e mecânicas é a única forma pela qual a massa de indivíduos pode ser liberada da arregimentação e conseqüente supressão de suas possibilidades culturais. O eclipse do liberalismo deve-se ao fato de que ele não enfrentou as alternativas e adotou meios dos quais a realização de seus objetivos professados depende. O liberalismo pode ser fiel aos seus ideais somente à medida que ele toma a direção que leva ao alcance deles. A noção de que o controle social organizado das forças econômicas reside fora do caminho histórico do liberalismo mostra que o liberalismo ainda é obstruído pelos restos de sua fase *laissez faire* primitiva, com sua oposição da sociedade e do indivíduo. A coisa que agora amortece o ardor liberal e paralisa seus esforços é a concepção de que a liberdade e o desenvolvimento da individualidade como fins excluem o uso do esforço social organizado como meio. O liberalismo primitivo considerava a ação econômica separada e competitiva dos indivíduos como o meio para o bem-estar social como o fim. Devemos inverter a perspectiva e ver que a economia socializada é o meio do livre desenvolvimento individual como o fim.

Que os liberais são divididos na perspectiva e no esforço enquanto os reacionários são unidos por comunidade de interesses e pelos laços do costume é quase um lugar-comum. A organização do ponto de vista e da crença entre os liberais pode ser alcançada apenas em e pela unidade de esforços. A unidade organizada da ação acompanhada por um consenso de crenças acontecerá na medida em que o controle social das forças econômicas for tornado o objetivo da ação liberal. O maior poder educacional, a maior força em moldar as disposições e atitudes dos indivíduos é o meio social no qual eles vivem. O meio que agora está mais perto de nós é o de ação unificada para o fim inclusivo de uma economia socializada. O alcance de um estado da sociedade no qual uma base de segurança material liberará os poderes dos indivíduos para expressão cultural não é o trabalho de um dia. Mas concentrando-se na tarefa de garantir uma economia socializada como o fundamento e meio para a liberação dos impulsos e capacidades que os homens concordam em chamar de ideal, as atividades agora dispersas e freqüentemente conflitantes dos liberais podem ser trazidas a uma unidade efetiva.

Não faz parte da minha tarefa resumir detalhadamente um programa para o liberalismo renascente. Mas a questão de “o que deve ser feito” não pode ser ignorada. Idéias devem ser organizadas e essa organização implica uma organização dos indivíduos que têm essas idéias e cuja fé está pronta para se traduzir em ação. A tradução em ação significa que o credo geral do liberalismo seja formulado como um programa de ação concreto. É na organização para ação que os liberais são fracos e sem essa organização há o perigo de que os ideais democráticos possam ser ignorados. A democracia tem sido uma fé combatente. Quando os seus ideais são reforçados por aqueles do método científico e inteligência experimental, não pode ser que ela seja incapaz de evocar disciplina, ardor e organização. Reduzir a questão para o futuro a uma luta entre Fascismo e Comunismo é provocar uma catástrofe que pode levar a civilização abaixo durante a luta. O liberalismo democrático vital e corajoso é a única força que pode certamente evitar essa redução desastrosa da questão. Eu particularmente não acredito que os norte-americanos, vivendo na tradição de

Jefferson e Lincoln, enfraquecerão e desistirão sem um esforço entusiástico para tornar a democracia uma realidade viva. Isso, eu repito, envolve organização.

A pergunta não pode ser respondida por argumento. O método experimental significa experimento e a pergunta pode ser respondida apenas por tentativa, por esforço organizado. As razões para fazer a tentativa não são abstratas ou recônditas. Elas são encontradas na confusão, incerteza e conflito que marcam o mundo moderno. As razões para pensar que o esforço, se feito, será bem-sucedido também não são abstratas e remotas. Elas residem no que o método de inteligência experimental e cooperativa já realizou ao subjugar ao potencial uso humano as energias da natureza física. Na produção material, o método da inteligência é agora a regra estabelecida; abandoná-la seria voltar à barbárie. A tarefa é seguir adiante e não recuar, até que o método da inteligência e do controle experimental seja a regra nas relações sociais e na direção social. Ou nós tomamos esse caminho ou admitimos que o problema da organização social em defesa da liberdade humana e o florescimento das capacidades humanas é insolúvel.

Seria uma loucura fantástica ignorar ou menosprezar os obstáculos que estão no caminho. Mas o que aconteceu, também contra grandes probabilidades, nas revoluções científica e industrial, é um fato consumado; o caminho está demarcado. Pode ser que o caminho permaneça inexplorado. Se for assim, o futuro reserva a ameaça de confusão movendo-se para o caos, um caos que será externamente mascarado por um tempo por uma organização da força, coerciva e violenta, no qual as liberdades dos homens irão quase desaparecer. Mesmo assim, a causa da liberdade do espírito humano, a causa da oportunidade dos seres humanos para o pleno desenvolvimento dos seus poderes, a causa para a qual o liberalismo resiste pacientemente é preciosa demais e está muito entranhada na constituição humana para ser obscurecida para sempre. A inteligência após milhões de anos de tendência ao erro se encontrou como um método e ela não será perdida para sempre na escuridão da noite. O negócio do liberalismo é aplicar todas as energias e mostrar toda a coragem para que esses

bens preciosos não sejam, nem mesmo temporariamente, perdidos, mas sejam intensificados e ampliados aqui e agora.

NOTA

1. Deve ser observado que o próprio Marx não foi completamente comprometido com o dogma da inevitabilidade da força como o meio de realizar mudanças revolucionárias no sistema das “relações sociais”. Pois uma vez ele contemplou que a mudança poderia ocorrer na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, e possivelmente na Holanda, por meios pacíficos.